

Comércio exterior pode perder crédito

Aylé-Salassié

O Governo Sarney vai enfrentar um dos impasses mais grave da dívida externa até o final deste mês: no dia 31 de março encerra o prazo dado pelos credores internacionais para a manutenção das linhas de financiamento de operações do comércio exterior brasileiro e as de crédito interbancário.

Se os bancos decidirem não renovar, pela segunda vez, esses créditos — possibilidade remota, mas admitida por autoridades credenciadas do setor financeiro, inclusive pelo Ministro Dilson Funaro — o comércio do Brasil com o exterior poderá ser submetido a um estrangulamento e os bancos brasileiros entrarão em completo estado de iliquidez, levando, evidentemente, alguns bancos estrangeiros consigo.

São essas linhas de crédito, com prazos variáveis entre 30 a 180 dias, e que envolvem recursos da ordem de US\$ 15 bilhões, que garantem ao Brasil fluxo para as exportações e importações, e para as operações dos bancos brasileiros lá fora.

A situação é de tal forma grave que o Governo Brasileiro decidiu antecipar o início do processo de renegociação da dívida externa brasileira em termos duradouros e estáveis, que estava previsto anteriormente para ocorrer a partir de junho, quando internamente a economia estivesse devidamente articulada e a questão da constituinte encaminhada.

O Brasil tem de resolver de imediato a questão desses créditos comerciais e interbancários. O problema é que, para isso, terá de obter quase um consenso dos credores. Da última vez, em setembro, quando se conseguiu

manter essas linhas de financiamento foi colocado como regra geral a exigência de adesão da ordem de 95 por cento dos credores. Mesmo em condições normais, sem qualquer informação sobre a questão da moratória, o Brasil chegou a esse patamar com dificuldade, e assim mesmo por tempo limitado.

Ameaças

A renegociação agora torna-se mais problemática porque, segundo informou ontem um gerente do Banco do Brasil numa grande praça bancária no exterior, os banqueiros ficaram irritados com as ameaças contidas na segunda carta que o Banco Central lhes enviou, comunicando as decisões de suspender o pagamento da dívida. "Enquanto no primeiro comunicado, o Banco Central explicava os motivos da decisão brasileira, no segundo fixava regras, independentes de quaisquer consultas prévias", disse, o representante brasileiro interpretando a opinião corrente no mercado financeiro internacional.

As dificuldades são evidentes, portanto, e não apenas junto aos banqueiros privados, muitos dos quais já em setembro recusaram-se a assinar quaisquer acordos com o Brasil. Os governos dos países credores também não estão absorvendo bem o posicionamento político brasileiro, principalmente porque vem colocando em dúvida os ajustamentos internos na economia brasileira.

Para os dirigentes governamentais estrangeiros falta uma política de governo que ofereça perspectivas claras de estabilidade e para o crescimento proposto. Essa interpretação está clara nos pronunciamentos do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, e o Presidente do Banco Mundial

(BIRD), Baber Conable, e manifestações mais discretas dos alemães, franceses e italianos. A posição dos japoneses, com quem o Ministro Dilson Funaro conversa amanhã, não será tão diferente.

O Ministro da Fazenda brasileiro deve trazer, portanto, de sua viagem ao exterior importantes subsídios para o fechamento da proposta brasileira que, incluiria, originalmente, uma carência de, no mínimo, quatro anos do principal da dívida, um perfil de 16 anos para o total da dívida, ou a alternativa de mecanismos automáticos relacionados com o comportamento do comércio exterior brasileiro (paga-se um percentual tolerável do superávit, ingressando com o restante), dinheiro novo do Banco Mundial (a pretensão é de US\$ 4 bilhões), manutenção dos créditos de comércio, com também novas facilidades, e interbancários.

O problema, entretanto, que está a exigir soluções mais imediatas é o relacionado com esses dois últimos itens: crédito comercial e interbancário. Pelo acordo firmado em setembro, o Brasil tem a possibilidade de permanecer em negociação até 30 de junho.

Ocorre que, o comércio exterior brasileiro já não está encontrando créditos de médio prazo. O máximo que se está conseguindo são 90 dias. Nos bancos comerciais dos países credores do Brasil, em particular no Eximbank, dos Estados Unidos, os pedidos de financiamento das exportações para o Brasil estão se acumulando, ameaçando o suprimento de insumos estratégicos e equipamentos básicos para o funcionamento da economia brasileira, num aceno à recessão.